

ENERGIA SOLAR

***Roberto Rodrigues**

Embora as autoridades responsáveis pelo setor energético brasileiro considerem como sendo muito baixo o risco de racionamento de energia neste ano, a forte estiagem fora de época que aconteceu de março a começo de junho, castigando amplas áreas do Sudeste, do Centro-oeste e do Sul do país reduziu o nível dos reservatórios das hidrelétricas e, se as chuvas não acontecerem durante o inverno, o risco pode aumentar. Esperemos que isso não ocorra.

Mas devemos montar uma estratégia que afaste esse tipo de ameaça definitivamente do horizonte empresarial. Diante do expressivo aumento do PIB do primeiro trimestre do ano, muito impulsionado pelo da agropecuária (que cresceu 5,7% em relação ao mesmo período do ano anterior), analistas já consideram possível um crescimento do PIB brasileiro da ordem de 5% em 2021. Não pode faltar energia para isso acontecer.

E é sempre bom lembrar que a agroenergia tem sido um importante componente desse cenário, especialmente a eletricidade gerada pelas indústrias sucroenergéticas, com a cogeração a partir do bagaço e da palha dos canaviais. E a safra canavieira acontece de maio a novembro, que é exatamente o período de seca que reduz o nível das barragens.

Aliás, na matriz energética brasileira, 47% vem de fontes renováveis, como as hidrelétricas, a agroenergia, a energia solar, a eólica, etc. Isso nos dá uma vantagem enorme e relação ao mundo, cuja matriz tem apenas 16% renováveis.

E sempre que surge a ameaça de menor oferta são acionadas as termelétricas tocadas por combustíveis fósseis, que são caras, poluentes e responsáveis pelas terríveis bandeiras vermelhas na conta de luz dos brasileiros. Isso traz o aumento da tarifa de energia, que tem gerado grandes preocupações no setor produtivo e na própria população, uma vez que a inflação no ano deverá ser maior do que o esperado no começo do ano, impactando as atividades econômicas, sobretudo o agronegócio, que tem sido reconhecido responsável por evitar uma recessão maior ao longo dos últimos 14 meses de pandemia.

Um dos pilares de sucesso do agronegócio brasileiro é a competitividade dos produtos nacionais frente aos demais players mundiais. Como um dos principais insumos da atividade produtiva rural é energia elétrica, o uso de energia solar nas fazendas é atualmente uma das grandes soluções para elevar ainda mais a qualidade e a sustentabilidade do manejo agrícola e pecuário no Brasil.

Por ser uma tecnologia extremamente versátil, a geração própria de energia solar atende a uma série de atividades e demandas da produção rural, como, por exemplo, no bombeamento e na irrigação de água, na refrigeração de carnes, leite e outros produtos, na regulação de temperatura para a produção de aves e frangos, na iluminação, em cercas elétricas, em sistemas de telecomunicação, no monitoramento da propriedade rural, entre muitas outras aplicações. Na prática, o uso da energia solar no campo reverte em alimento mais barato na mesa dos brasileiros.

O investimento em energia solar pelos produtores rurais, desde 2012, ultrapassa os R\$ 3,4 bilhões. Atualmente, o segmento rural responde por 13,1% de toda a potência instalada em sistemas de geração própria com a fonte fotovoltaica. O potencial de crescimento é enorme.

E uma das medidas para afastar o risco futuro de racionamento de energia no País é a criação de um marco legal para a geração própria de eletricidade, conforme proposto no Projeto de Lei nº 5.829/2019, atualmente em curso na Câmara dos Deputados. Sua aprovação pode garantir segurança energética, estabilidade jurídica, previsibilidade e maior autonomia e liberdade para os consumidores rurais e urbanos, além de propiciar uma conta de luz mais barata para todos os brasileiros.

Portanto, a energia solar é também uma grande aliada do agronegócio brasileiro, tanto dos grandes produtores quanto de pequenas propriedades da agricultura familiar, e a criação de um arcabouço legal para a geração própria de energia a partir de fontes renováveis é bem-vinda no atual cenário brasileiro, pois colabora na promoção do desenvolvimento socioeconômico e no avanço do crescimento sustentável do Brasil.

*** Roberto Rodrigues - Coordena o Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas, foi ministro da Agricultura e escreve artigos toda 3ª segunda-feira do mês**